cial de 80.000\$, que irá reforçar a verba de 50.000\$ inscrita no capítulo 2.º, artigo 30.º, do actual orçamento do Ministério da Guerra, sob a epígrafe: «Para fazer face às despesas com a assistência aos militares tuberculosos».

Art. 7.º No orçamento para o ano económico de 1927-1928 será inscrita, para o mesmo fim, a verba de 290.000\$.

Art. 8.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 1 de Abril de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Adriano da Costa Macedo*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*João José Sinel de Cordes*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Jaime Afreixo*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Júlio César de Carvalho Teixeira*—*João Belo*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*Felisberto Alves Pedrosa*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Secretaria Geral do Ministério
e dos Serviços de Obras Públicas

Decreto n.º 13:384

Considerando que em Espanha, França e Inglaterra se determinou que a hora legal fôsse alterada na noite de 9 para 10 de Abril próximo;

Considerando que a ausência de igual providência ocasionaria graves dificuldades para as ligações ferroviárias internacionais, com as consequentes repercussões nos horários dos serviços internos;

Considerando que análogos inconvenientes se dariam para os serviços postais e telegráficos;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 25 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A hora legal será adiantada de sessenta minutos desde 9 de Abril até Outubro.

§ único. Para os efeitos deste artigo todos os relógios do continente da República deverão ser adiantados de sessenta minutos às vinte e três horas do dia 9 de Abril e atrasados em Outubro.

Art. 2.º Pela hora legal serão regulados todos os serviços públicos e particulares.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 1 de Abril de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Adriano da Costa Macedo*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*João José Sinel de Cordes*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Jaime Afreixo*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Júlio César de Carvalho Teixeira*—*João Belo*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*Felisberto Alves Pedrosa*.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos

Decreto n.º 13:385

Considerando que se encontram péssimamente instalados os serviços dependentes da Administração Geral dos Correios e Telégrafos em Vila Nova de Famalicão;

Considerando que se torna absolutamente necessário, indispensável mesmo, instalar os referidos serviços numa casa apropriada e em que se possa estabelecer a estação central da futura rede telefónica local;

Considerando que está à venda na vila referida uma casa pertencente ao Banco Nacional Ultramarino, avaliada em 140.000\$;

Considerando que a Administração Geral dos Correios e Telégrafos não pode de momento, por falta de cabimento, dispor da importância de 140.000\$ para a aquisição de que se trata, podendo porém destinar a essa aquisição no actual ano económico a quantia de 60.000\$;

Considerando, finalmente, que a Associação Comercial e Industrial da mesma vila se prontificou espontaneamente a adiantar à Administração Geral dos Correios e Telégrafos, até o próximo futuro ano económico, a quantia de 80.000\$, a fim de se poder adquirir a casa em referência:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Administração Geral dos Correios e Telégrafos a aceitar a título de adiantamento, mas sem quaisquer encargos, a quantia de 80.000\$, oferecida pela Associação Comorcial e Industrial de Vila Nova de Famalicão, para a compra de um edificio pertencente ao Banco Nacional Ultramarino, a fim de no mesmo se instalarem os serviços postais, telegráficos e telefónicos daquela vila.

Art. 2.º É a mesma Administração Geral autorizada a inscrever no orçamento referente ao ano económico de 1927-1928 a quantia de 80.000\$ para a liquidação, por uma só vez, do adiantamento a que se refere o artigo 1.º

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 30 de Março de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Adriano da Costa Macedo*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*João José Sinel de Cordes*—*Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa*—*Jaime Afreixo*—*António Maria de Bettencourt Rodrigues*—*Júlio César de Carvalho Teixeira*—*João Belo*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*Felisberto Alves Pedrosa*.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PUBLICA

Direcção Geral do Ensino Superior

Decreto n.º 13:386

Considerando que a missão primacial das Faculdades de Medicina consiste em criar bons práticos para acudir às necessidades clínicas do País;